

ATA N.º 255

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Transferência de Competências para o Município-----
- 1.3 1ª Revisão Orçamental-----
- 1.4 Regulamento de Funcionamento do Ecocentro Municipal-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.-----

--- Foi registada a falta de Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques.-----

--- O presidente da Câmara Municipal não esteve presente por se encontrar de baixa médica.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----Ordem de trabalhos-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 253, da sessão de 07 de dezembro de 2018, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

Foi, ainda, apreciada a ata n.º 254, da sessão de 25 de janeiro de 2019, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos seguintes convites e comunicações, que poderão ser consultados nos serviços desta autarquia:-----

- Convite do presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga, e da AEVA, para a inauguração de “Um Presépio no Rio”, que teve lugar no dia 12 de dezembro de 2018;
- e-mail, datado de 5 de fevereiro, do munícipe Pedro Franchini, sobre a colocação de lixo, nomeadamente colchões, junto ao abrigo dos animais, na Ermida;-----
- Pedido da técnica superior da câmara municipal, Graciela Figueiredo, para que cada um dos grupos municipais indicasse um elemento para integrar a equipa de trabalho que preparará o Orçamento Participativo de 2019 para Sever do Vouga. No dia 15 de fevereiro realizou-se a primeira reunião de trabalho, tendo estado presentes os elementos desta assembleia Ana Mendes, pelo PS, Diana Paiva, pelo PSD, e Ana Cristina Tavares, pelo CDS;-----
- e-mail, datado de 15 de fevereiro, do membro desta assembleia, Diana Paiva, informando ter solicitado à autarquia que lhe fosse remetida cópia do contrato de concessão da Praia Fluvial Quinta do Barco que se encontra em vigor, assim como do processo de concurso de concessão;-----
- e-mail, datado de 19 de fevereiro, da professora Ana Paula Calvo, dando conhecimento da qualidade da água e do ambiente da piscina municipal;-----
- Convite da Câmara Municipal para a cerimónia de assinatura do protocolo de colaboração, tendo em vista à celebração de contrato interadministrativo para obras de conservação do Posto Territorial da GNR de Sever do Vouga, que se vai realizar no próximo dia 26 de fevereiro, entre a autarquia, a Secretaria Geral da Administração Interna e o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e que será homologado com a presença da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, Dr.ª Isabel Oneto.-----

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

A primeira intervenção foi a de **Toni Martins** que disse já ter ali afirmado, várias vezes, em sessões anteriores da Assembleia Municipal, que Sever do Vouga tem um grande potencial humano, com gente dinâmica e trabalhadora. Disse ter referido, ainda, as

dificuldades que os cidadãos sentem no seu dia-a-dia, quer ao nível das infraestruturas básicas, tais como o abastecimento de água e rede de saneamento, ou melhor, à falta delas, quer ao nível dos acessos com vias degradadas ou entraves que não servem plenamente as necessidades da população e indústria concelho ou, ainda, e não menos importante, as deficitárias condições de acesso à saúde no concelho. Disse entender que Sever do Vouga é um concelho que merece todo o empenho e dedicação para que aqueles problemas sejam ultrapassados e dessa forma, melhorar as condições de vida de todos os cidadãos que vivem, trabalham e até visitam o concelho. Afirmou que Sever do Vouga é um concelho com um enorme potencial, quer pela sua localização, pela sua paisagem e monumentos, pela sua gastronomia, indústria e sobretudo, pela sua gente hospitaleira e acolhedora, daí considerar que o turismo deverá ser uma área de enfoque em que deverá ser dada a máxima importância por parte do executivo, ainda mais que a época balnear está a poucos meses do seu início e aquelas questões devem ser preparadas e planeadas com a devida antecipação. Nesse contexto, podem e devem ser identificados todos os recursos que, de alguma forma, poderão potenciar e reforçar o turismo do concelho, sejam eles, pontos de interesse, monumentos, equipamentos, estabelecimentos comerciais e hoteleiros ou, até mesmo, cultural. Referiu como um desses potenciais pontos de interesse o imenso espelho de água e novos pontos de interesse originados pela infraestrutura das barragens de Ribeiradio-Ermida, em que, durante anos, foi exposto, até à exaustão, pelo executivo, todo o tipo de argumentos e benefícios que a mesma poderia trazer, nomeadamente ao nível da regularização do caudal, ao regadio e, ainda, ao turismo, assistindo-se agora, praticamente três anos após o pleno funcionamento da mesma, a uma passividade e inércia, ou, ainda, falta de visão e planeamento relativamente à estratégia turística. Disse ser urgente restituir, rapidamente a praia fluvial do Rôdo definida no protocolo entre EDP e Câmara Municipal, bem como os trabalhos estabelecidos no mesmo e que eram da responsabilidade da EDP, assim como definir, o mais rapidamente possível, o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Ribeiradio e Ermida (POARE). Deu como exemplo dessa passividade a atribuição da concessão de pesca do Rio Vouga (nas duas margens) à Associação Biosfera de Ribeiradio, fruto da visão, planeamento e antecipação do concelho vizinho e perguntou porque é que não teve o atual executivo a mesma iniciativa, uma vez eu Sever do Vouga tem, pelo menos, três associações culturais e recreativas com atividades de pesca desportiva que poderiam, muito bem, assumir aquela concessão. Disse não poder esquecer que a pesca desportiva, a praia fluvial, os desportos náuticos, um porto de atracamento de barcos de recreio e um parque de campismo, entre outras valências, podem ser um fator de impulsionamento ao turismo e desenvolvimento das freguesias de Couto de Esteves, Rocas do Vouga, Pessegueiro do Vouga, Cedrim e Paradela e, conseqüentemente, no concelho de Sever do Vouga em geral. Ainda relacionado com aquele tema, disse ver com preocupação que outros equipamentos destinados ao apoio turístico do concelho se encontrem em “stand-by”, ou seja, não está aberto nem fechado, referindo-se ao Ecocafé e a Praia Fluvial da Quinta do Barco, sendo urgente colocar aqueles equipamentos ao dispor dos munícipes e, principalmente, dos turistas que visitam o concelho, sob pena de os mesmos transmitirem uma imagem negativa do concelho e que dificilmente se recuperará. Na mesma linha de pensamento, disse não poderem ser esquecidos os ex-libris, entre eles a ecopista, que necessita regularmente de manutenção e limpeza de forma que se mantenha agradável e atrativa aos seus visitantes. Disse ter a noção que muito trabalho foi feito naquela área, e, grande parte, graças a iniciativas individuais de particulares, aos quais o executivo deverá ser o principal impulsionador e estabelecer a estratégia e objetivos e não o seu contrário. Afirmou que o executivo deve ter presente que o sector das praias marítimas, fluviais e lacustres é uma das transferências de competências que assumiu já para 2019. Relativamente ao assunto da transferência de competências, já referido na Assembleia Municipal extraordinária de 25 de janeiro passado, afirmou que o processo de descentralização e transferência de competências do governo para as autarquias locais é, por si mesmo, um processo complexo e delicado, em que deverão ser analisadas e

discutidas todas as áreas de competência de uma forma individual e que sejam ouvidos todos os órgãos autárquicos, representantes dos diversos partidos e representantes dos diversos órgãos oficiais diretamente envolvidos em cada área de competência daquele processo, permitindo, dessa forma, obter um consenso alargado, salvaguardando o superior interesse do concelho. Para isso, a bancada do PSD apresentou uma moção de criação de uma comissão de implementação da transferência de competências, a qual descreveu:-----

Por uma descentralização transparente.-----

Sever do Vouga, é um concelho situado no centro do país, mais concretamente no limite oriental do distrito de Aveiro. O concelho, em si, beneficia da proximidade relativa de alguns importantes centros urbanos, como Aveiro, Coimbra, Viseu e Porto e da proximidade a dois dos principais eixos rodoviários portugueses, a A1, que liga Lisboa ao Porto e a A25, via de acesso e de abertura do concelho ao país e à Europa. Não obstante de em termos de divisão do território, fazer parte da Beira Litoral, é certo e sabido que Sever do Vouga se localiza num espaço de transição entre a zona interior e serrana e o Litoral pelo cunho geomorfológico e cultural - património edificado e popular - que determinam a tipicidade de uma região do interior, que muitas vezes é esquecida pelo governo. A descentralização de competências poderia ser um ponto de alavancagem para o nosso concelho, pois reforça a necessidade de uma maior legitimidade democrática de órgãos com maior proximidade aos cidadãos, implicando, designadamente, a reorganização dos serviços desconcentrados do estado, garantindo a sua coesão territorial, e alargando a rede de serviços públicos de proximidade, pois são sempre estes órgãos que se encontram mais próximos da população que querem acolher.-----

O PSD sempre foi defensor da transferência de competências, e que esta se fizesse de forma negociada e contratualizada através de contratos interadministrativos que pressupunha maior ambição no elenco de competências e uma maior proximidade no trabalho entre governo e autarquias, para ajustar as competências à capacidade de desempenho e ao estudo, conhecimento e capacidade de aplicação de recursos financeiros. Sempre defendeu uma descentralização por negociação. Face isto, propomos que a Câmara Municipal delibere a criação com todas as forças políticas do concelho e se unam em torno desta temática e seja constituída uma Comissão de Implementação da Transferência de Competências, que integre diversos membros dos órgãos autárquicos do Concelho e ainda as diversas entidades representativas dos sectores que se prevê transferir, e que a mesma, junto do poder central, recomende que:-----

- *Seja feita uma análise aprofundada por cada área de competência individualmente.-----*
- *Seja comunicado à autarquia, com a maior brevidade possível, os mapas com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, provenientes de dotações inscritas nos programas orçamentais e no orçamento da segurança social, a transferir, bem como a listagem de todo o património também a transferir;-----*
- *Seja apresentada, com a maior brevidade, os mapas com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, provenientes de dotações inscritas nos programas orçamentais e no orçamento da segurança social, a transferir para a autarquia, bem como os critérios e termos dos reforços deste Fundo. Referimo-nos, aos restantes, que ainda não estão aprovados;-----*
- *Seja concedido um prazo de 60 dias, após a publicação da Lei da Assembleia da República, que estabelece os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, para os municípios comunicarem à Direção-Geral das Autarquias Locais, caso não pretendam exercer no ano de 2019 as competências previstas nos decretos-lei sectoriais publicados em Diário da República, permitindo, uma única reunião dos seus órgãos deliberativos.-----*

Para se alterar o rumo deste processo. Bastaria que para o efeito apresentassem uma recalendarização das datas limite de decisão da não aceitação das competências por parte das autarquias, e que, antes das referidas novas datas limite, apresentem os envelopes financeiros discriminados por área de competências e autarquia.-----

O concelho de Sever do Vouga só terá a ganhar com um processo transparente e que visa uma melhor gestão dos serviços públicos - incluindo o acesso à saúde que é o bem mais essencial que qualquer cidadão pode ter, e que, infelizmente, cada vez mais Severenses se veem privados ou com sérias dificuldades de acesso. Os Membros da Assembleia Municipal.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Sérgio Silva**. Disse que a eliminação de privilégios malditos, porque o são à custa de uma sociedade deprimida, deveria ser a primeira das preocupações de qualquer assembleia, pois, justamente, todas as assembleias deveriam combater todo o tipo de privilégios indevidos na defesa da ética e dos ideais de liberdade e igualdade que informam o mundo democrático contemporâneo. Mas, se é verdade que, hoje, se vive em liberdade é, também, certo que, infelizmente, a democracia carece de um enorme e aprofundado melhoramento. Afirmou que a proximidade entre interesses privados e o bem público é a época que se vive a regra vigente da promíscua política nacional. Disse que a vida política é, atualmente, interpretada por atores que frequentam simultaneamente os dois mundos, o dos negócios e o da defesa do bem público, confundindo, em permanência, a lealdade que devem ao povo com a fidelidade a quem os remunera. Disse tratar-se de um problema generalizado e que, na democracia portuguesa, os políticos não estavam habituados a prestar contas ou a serem responsabilizados. Mais disse que a classe política se habituou aos privilégios, não aos deveres de prestar contas e ser responsável, e que confunde ser uma elite com ser irresponsável ou impune, quando o elitismo, em qualquer parte do mundo, é responsabilidade, porque quanto mais poder se tem, mais responsável se é. Afirmou que, em Portugal, não se podia questionar a imoralidade de um político que entrava na política pobre e saía com um império. Referiu que, atualmente, também a democracia e os poderes públicos, nomeadamente o poder político, não tolera homens livres, gosta muito de homens com a cabeça atada à cintura e que digam ámen e a porosidade entre o sistema político e os negócios criaram uma elite completamente vazia e oca. Frisou que isso tudo há de resultar numa sociedade mais forte, porque aqueles que sobraem serão os honestos, serão os verdadeiramente capazes.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Monteiro** que quis chamar a atenção para duas questões que são, para si, muito importantes, sem prejuízo de outras, mas, em relação às quais, entendia ter chagado a hora de a Câmara Municipal começar a prestar contas à Assembleia Municipal. A primeira questão relacionada com uma situação que já foi objeto de uma proposta do CDS naquela Assembleia Municipal, que foi aprovada, e que é a instalação da praia fluvial na barragem de Ermida-Ribeiradio, em Couto de Esteves, tendo sido recomendado, à Câmara Municipal, que concluísse, com a máxima rapidez, os estudos e os projetos, para a elaboração do caderno de encargos, de modo que pudesse avançar, o mais rápido possível, com o lançamento de uma empreitada para a construção da praia fluvial na barragem de Ermida-Ribeiradio e que, até ao momento, não tinham notícia de quais tinham sido as diligências que a Câmara Municipal desenvolveu no seguimento daquela deliberação, portanto, disse que iria ser entregue um requerimento, por escrito, ao presidente da Assembleia Municipal, no sentido de pedir à Câmara Municipal que seja fornecida à Assembleia Municipal aquela documentação que permita aferir qual é o estado daquele processo. Disse ser importante pelo facto de todos terem a noção da mais valia que pode ser a albufeira da barragem de Ermida-Ribeiradio, chamando a atenção à Câmara Municipal para o requerimento, que não nas suas funções atuais de membro da Assembleia Municipal e, muito antes de se imaginar nas mesmas, tinha-se dirigido à Câmara Municipal para saber o que é que iria ser feito relativamente ao entulho que estava abandonado na barragem e que, aquilo que lhe tinha sido respondido, na altura, enquanto deputado na Assembleia da República, foi que, no espaço de uma semana, o problema estaria resolvido, o que acabou por não acontecer. Disse que a resposta que o senhor Ministro do Ambiente deu foi a de que era suposto que aquele entulho ficasse lá e que iria haver uma reunião, porque o Ministério do Ambiente não iria retirar de lá o entulho. Chamou a atenção para que a Câmara Municipal, que tem exatamente a mesma cor do senhor Ministro do

Ambiente, tem especiais responsabilidades em conseguir ter as informações e ter a proatividade de resolver os problemas relativamente àquilo que se passa na barragem de Ermida-Ribeiradio. Mais disse ter ficado consternado com a resposta que obteve do senhor Ministro do Ambiente, relativamente ao ponto de situação do programa especial de albufeiras Ermida-Ribeiradio, esperando que a Câmara Municipal esteja a acompanhar esse processo, uma vez que é muito importante para o desenvolvimento do concelho de Sever do Vouga. Referiu que, a primeira reunião da comissão consultiva para a elaboração daquele programa tinha sido apenas em 12 de outubro de 2018 e só no final do mês de janeiro de 2019 é que se iria proceder à análise do relatório do levantamento. Perguntou para quando estava prevista a sua conclusão, pois tinha sido dito que era no primeiro trimestre de 2020 e, no caso da Etar de Sóligo, a informação tinha sido de que estaria pronta no final no primeiro trimestre de 2018 e não tinha sido o caso. Apresentou um segundo assunto relacionado com a questão dos transportes escolares, sendo que a Assembleia Municipal tinha deliberado recomendar à Câmara Municipal que o transporte escolar para todos os alunos até ao 12º ano passasse a ser gratuito e a Câmara Municipal continuava a empurrar com a barriga, sem resolver o problema das crianças que têm direito a ter transporte escolar gratuito durante a escolaridade obrigatória. Disse ter sido respondido, ali, numa sessão anterior, que tinham algumas dúvidas e que, por isso mesmo, tinham pedido pareceres externos. Disse ter feito um requerimento, por escrito, solicitando, desde já, a cópia desses pedidos de parecer, para saber quando foram pedidos e quais tinham sido as respostas desses pareceres, porque não é possível continuar a adiar a resposta dizendo-se que se pediu parecer sem dar notícia, nem do pedido, nem da resposta. Disse não ter dúvida nenhuma, até porque a lei, nisso, é clara, atribuindo a responsabilidade dos transportes escolares à autarquia, ainda por mais, numa altura em que mais competências são transferidas para as autarquias naquela matéria. Afirmou que essas crianças tinham direito ao transporte escolar gratuito e o facto de a Câmara Municipal não estar a fornecer isso significava que estava a tirar dinheiro, ilegitimamente, a essas famílias. Disse que iria entregar um requerimento solicitando informação e cópia desses pedidos de parecer e, ainda, quais tinham sido as diligências que a Câmara Municipal desenvolveu, até ao momento, para assegurar o transporte gratuito.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Diana Paiva** que disse não poder deixar de manifestar o seu repúdio pela intervenção, no período destinado ao público, na sessão da Assembleia Municipal de 07 de dezembro de 2018, não pela pessoa em si, que disse nem conhecer, mas pelo conteúdo de tal intervenção, uma vez que não veio propriamente colocar nenhum assunto de interesse para o município, mas, perdoassem-lhe a expressão, “*lavar roupa suja*”, de carácter, em alguns pontos, ofensivo, num assunto muito pessoal, de relacionamento comercial com pessoas que não o município. Disse considerar que a gestão do período destinado ao público deve ser pensada, de forma a nunca permitir intervenções ofensivas, tanto mais que o artigo 37º, do n.º 1 do Regimento estipula que pode ser cortada a palavra ao orador quando se tornar injurioso ou ofensivo, retirando-lhe a palavra se persistir na sua atitude. Aliás, por algumas palavras que foram ditas, disse ter ficado mesmo com a dúvida de qual era realmente a intenção, querer vir ali desculpar-se com algo para justificar alguma atitude perante a Câmara Municipal. Disse ter verificado que, nesse mesmo mês, em reunião de Câmara do dia 12 de dezembro de 2018, o interveniente tinha mencionado uma exposição feita à Câmara Municipal sobre a praia fluvial. Assim, em face de tanta acusação e tanta justificação, disse pretender saber, uma vez que foi assinado um contrato de arrendamento comercial entre o município de Sever do Vouga e Turnauga, Lda., onde se estipulavam diversas obrigações:-----

- Se o montante da renda mensal tinha sido pago todos os meses?-----
- Se o espaço da praia tinha sido aberto todos os dias, ao longo dos últimos dois anos e meio de duração do contrato?-----
- Se tinha havido animação cultural e recreativa no espaço envolvente, pelo menos três vezes por ano?-----

- Se tinha sido garantida a permanência na praia fluvial de um nadador salvador credenciado, durante toda a época de verão? (uma vez que lhe tinha chegado aos ouvidos que nem sempre).-----
- Se as áreas comerciais tinham estado irreprensivelmente limpas, assim como os balneários e casas de banho?-----

Perguntou, ainda, por ter sido mencionado pela pessoa em causa, assim como por o que lhe era dado a ver quando passava na estrada, se o bar que existe na praia não se encontrava a laborar todo o ano, pois, se a Turnauga não tinha parceiro, não abria o bar? Disse não ver qualquer condição dessas no contrato e que, a Turnauga, quando concorreu, tinha-lo feito sabendo que o bar era para explorar e respeitar horários, pelo que não podia justificar o seu não funcionamento com a não existência de parceiro. Disse não saber o que se passa com a praia fluvial, mas que, face dos acontecimentos, queria saber mais: o que se passa com aquele contrato, se estava, ou não, a ser cumprido nos seus exatos termos, com todas as obrigações, ou se existem problemas que estão a ser omitidos aos munícipes e a todos na Assembleia Municipal.-----

Continuando, afirmou ter tido feito intervenções recorrentes sobre alguns assuntos, e que alguns eram preocupantes. Referiu a sessão de dezembro, onde tinha manifestado as suas preocupações sobre o estado da piscina municipal, tanto ao nível da higiene da mesma, assim como sobre o estado degradado que o equipamento está a atingir. Disse ter tido conhecimento, na atual sessão da Assembleia Municipal, de mais um alerta sobre a qualidade da água. Disse que o senhor Vice-presidente tinha informado que estava a ser preparada uma candidatura para aquele equipamento e que iria ser feita até ao final do ano de 2018, apesar de essa parte não estar a constar da ata, sendo certo que tinha tido o cuidado de verificar a informação escrita, onde não existe qualquer informação sobre aquele equipamento, pelo que solicitou um ponto de situação e que informasse para quando estavam previstas as obras, uma vez que o mesmo tem necessidade urgente de obras profundas. Mencionou outro assunto recorrente, que é o orçamento participativo, por vários motivos, dizendo fazer parte da equipa de trabalho para o próximo orçamento participativo de Sever do Vouga, para o qual tinha sido convocada, de véspera para a reunião, que se realizava no dia 15 de fevereiro, pelas dezassete horas, sorte a sua que não tinha trabalho fora e o seu local de trabalho ser ali ao lado, no entanto, o mesmo não se passava com as restantes pessoas que integravam a equipa e que trabalham fora do concelho e tiveram, com certeza, que pedir para sair mais cedo. Disse que a reunião se tinha desenrolado com muita pressa, pois havia outros compromissos, tendo sido apenas possível calendarizar as ações, sendo que os contributos seriam enviados por email até à presente data, ou seja, existiu uma única reunião, até ao momento, e irá ser lançado o novo orçamento já daí a cerca de quinze dias. Disse ter ficado com a impressão que, afinal, o que ali tinha sido transmitido o ano passado, não tinha ficado longe da verdade, uma vez que tinha vivido o mesmo no presente ano. Disse ter contributos para dar, mas que já só o iria fazer naquela noite. Referiu ter dado uma leitura atenta ao regulamento e, logo no início tinha saltado algo à vista, o ponto dois com a denominação “Informação aos Cidadãos”, algo que já tinha solicitado, onde o seu n.º 1 diz “A Câmara Municipal de Sever do Vouga compromete-se a prestar informação aos cidadãos sobre as normas e princípios que regem o Orçamento Participativo de Sever do Vouga, bem como, sobre as várias fases do processo do Orçamento Participativo de Sever do Vouga, apre sentando anualmente um relatório de avaliação.” Leu, ainda o seu n.º 3, que diz “A Câmara Municipal de Sever do Vouga compromete-se a prestar informação aos cidadãos sobre a execução dos projetos vencedores do Orçamento Participativo.” Afirmou ter sido uma batalha, desde sempre, da bancada do PSD, desde que o orçamento participativo foi lançado. Perguntou onde estava o relatório de avaliação e a informação sobre a execução dos projetos vencedores, dizendo ser algo que sempre faltou. Afirmou que aqueles alertas não eram para acabar com o orçamento participativo, uma vez que se trata de um bom instrumento de participação do cidadão na vida do seu município, mas que eram para se melhorar o que não tem corrido

tão bem. Deixou a sugestão de, no final do presente ano civil, os grupo municipais indicarem os membros para integrar a equipa de trabalho e, durante a primeira quinzena do mês de janeiro do próximo ano civil, ser convocada a primeira reunião de trabalho a qual deverá suceder até final desse mesmo mês para, em março, se poder lançar o novo orçamento participativo, já com relatórios sobre os projetos vencedores do anos transatos.-----

A intervenção seguinte foi a de **Paula Coutinho** que disse parecer que continuam sempre a bater na mesma tecla mas que, infelizmente, o executivo assim o obrigava ao não fornecer os elementos que vinham sendo solicitados, ao longo do atual mandato, por parte do PSD. Relembrou que a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, aprovou o Estatuto do Direito de Oposição e definiu como titulares do direito de oposição, de acordo com o n.º 3, do artigo 5º, os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. No que concerne às autarquias locais, referiu que a lei definiu oposição como a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais e, para além das competências atribuídas à Câmara Municipal e ao seu presidente, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê na alínea h), do número 2, do artigo 25º, que compete, ainda, à Assembleia Municipal, no âmbito das competências de apreciação e fiscalização: *“Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição”*. Disse que, em suma, a conjugação da Lei n.º 24/98 com a Lei n.º 75/2013 permitia perceber que o legislador atribuiu, aos titulares do direito de oposição, responsabilidades na apreciação e fiscalização da Câmara Municipal e que, para que possam ser exercidas com rigor, era necessária a disponibilização de informação por parte do presidente da Câmara Municipal. Assim sendo, e uma vez que até à data a sua bancada continuava a não ver respondidas as seguintes questões, voltou a referir as mesmas:-----

- Relativamente ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Carenciadas (ano 2017), quantos, dos duzentos e quatro indivíduos, eram severenses e como é que os mesmos tinham sido identificados; se tinha sido a Fundação, o município, ou um trabalho conjunto, ou será que aquele programa não beneficiou nenhum severense e daí a ausência de informação?-----
- Disponibilização do relatório do Ecocentro;-----
- Disponibilização do relatório do Centro Escolar;-----
- Disponibilização da lista das obras com a percentagem de execução física e financeira, mencionando os embargos e autos de suspensão;-----
- Disponibilização dos relatórios sanitários, da delegação de saúde, da amostra da água, ou mesmo, dos serviços municipais, os que foram elaborados e entregues no último ano referentes à piscina municipal;-----
- Disponibilização do relatório sobre a Rota da lampreia e da Vitela.-----

Disse que iria apresentar, na persente sessão, um pedido formal de resposta, endereçado ao senhor presidente da Assembleia Municipal, para que ele possa tomar as devidas diligências. Relativamente ao site do município, solicitou que o mesmo contivesse mais informação sobre os serviços do município, ou que o mesmo seja mais intuitivo, uma vez que chegou a si inúmeras queixas acerca do mesmo. Para finalizar, quis, em nome do PSD, agradecer ao senhor António Portela pelo seu desempenho ao longo dos anos, pondo sempre o interesse da freguesia de Talhadas, e dos talhadenses, acima de qualquer interesse pessoal ou partidário, sendo um homem humilde, íntegro e honesto, que sempre exerceu o seu cargo com sentido de missão, deixando a Junta de Freguesia numa situação de excelente saúde financeira. Ao novo presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, desejou votos de um excelente mandato, dando continuidade ao excelente trabalho realizado pelo anterior executivo em prol dos talhadenses.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que explicou que, em relação às intervenções de Toni Martins e António Monteiro, concordava que Sever do Vouga tem um grande potencial humano, mas que algumas afirmações não eram totalmente fundadas. Explicou que o executivo lutava diariamente para a criação de um acesso condigno à A25. Sobre o abastecimento de água, informou que o mesmo estava a ser feito e que, muito em breve, a taxa de cobertura seria superior à média nacional. Sobre o acesso à saúde, informou estarem mais duas médicas ao serviço e que continuavam a lutar para repor o atendimento complementar. Informou que, na próxima terça-feira, iriam reunir com o Ministério da Saúde para tratar daqueles e de outros assuntos relacionados com a saúde. Quanto ao turismo, disse estar a ser feito um esforço e que estavam a trabalhar no mesmo, daí não perceber a referência à passividade e à inércia. Mais disse que bastava consultar as redes sociais e a imprensa escrita para saber o que o município estava a fazer em prol do turismo, tendo sido, ainda recentemente, reconhecida a sua intervenção, em conjunto com outros municípios, num projeto de alcance nacional. Disse rejeitar a afirmação de que sejam passivos ou que não tenham inércia. Mais disse que nunca tinha existido uma praia fluvial no Rôdo, em Couto de Esteves, razão pela qual eram erradas as afirmações sobre a existência ou reposição dessa praia fluvial.-----

Quanto à concessão de pesca do Rio Vouga, informou que o município não podia concorrer à mesma, mas que as associações existentes podiam e deviam fazê-lo. Sobre o Ecocafé, informou estar prevista a realização de alterações que, salvo erro, da parte do município, estariam prontas na semana seguinte. Quanto à praia fluvial, informou estar marcada uma reunião com o concessionário, para a próxima terça-feira, uma vez que ele tinha enviado um e-mail a dizer que estava fora, não tendo sido possível fazer a reunião antes, por esse motivo. Mais informou que o contrato estava em vigor e que não tinha sido denunciado, sendo que, com base na opinião da consultora jurídica do município, iria ser realizada a reunião para poder ser tomada uma decisão conjunta que passe por, o mais tardar, no começo da época balnear, o equipamento estar a funcionar, de uma forma ou outra. Quanto à transferência de competências, e antes de ser entregue a moção, por parte do membro Toni Martins, lembrou que tinham sido assumidas as competências de praias marítimas e lacustres, disse que existiam a praia fluvial da Quinta do Barco e a praia fluvial da Cabreia, sendo, futuramente, incluídas outras zonas. Dirigindo-se ao membro Sérgio Silva, disse concordar com o que disse e que não tinha comentários a fazer. Dirigindo-se ao membro António Monteiro, quanto aos dois assuntos de entrega, informou que iriam ter uma resposta por escrito. Mais informou que, da parte do município, estava tudo feito, faltando o parecer da APA para saber o que é que se iria fazer a umas árvores existentes. Quanto ao entulho, perguntou se o senhor António Monteiro estava à espera que fosse a Câmara Municipal a ir lá carrega-lo? Disse tratar-se de uma questão dentro da obra e, embora não soubesse a que entulho se referia, presumia que fosse uma questão técnica e ambiental, e que iria procurar saber. Quanto à cor do executivo ser a mesma do Ministério do Ambiente, disse não se tratar de uma questão de cor, pois não confundiam o interesse do município com cores partidárias e que não era agora que, pelo facto de um ministério ser do mesmo partido, que retirava quaisquer vantagens. Disse saber que os senhores políticos, a que o membro Sérgio Soares se referia, estavam habituados a isso, mas que não era o caso do executivo. Sobre os transportes do secundário, informou que, pelo facto de existirem opiniões diversas, tinham entendido pedir parecer e que, embora tivessem calculado, mais ou menos, os encargos com o transporte do secundário, iriam aguardar o parecer antes de assumir o mesmo. Quanto à praia fluvial, informou que iriam tentar resolver o assunto o mais rápido possível. Sobre a piscina fluvial e a qualidade da água, informou que, há dias, tinha sido testada a mesma e que estava boa. Quanto às restantes obras, que envolvem um investimento avultado, disse que, da parte do município, estava tudo pronto, faltando sair o aviso e que, mal saísse o aviso, seria colocado na plataforma. Disse entender que, mais um pouco de sacrificio seria compensado pela submissão da candidatura. Quanto ao Orçamento Participativo, disse que

iriam melhorar e que estavam abertos a reuniões “ad hoc” e ao envio de opiniões. Dirigindo-se a Paula Coutinho, informou que receberia uma resposta por escrito e que havia alguns pontos que, realmente, não tinham sido enviados por lapso e outros, eventualmente, não estariam feitos. Por fim, e quanto ao site do município, informou que o mesmo estava a ser melhorado e que agradecia essa informação e eventuais sugestões para isso, fossem apresentadas formal ou informalmente.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Dias** que começou por falar de um tema pertinente que já tinha sido abordado quando tinha sido membro da Assembleia Municipal, que é a questão da documentação, dizendo que a mesma é enviada, normalmente, em formato eletrónico. Disse que gostava de saber porque é que a sala não estava em condições condignas para poder usar o computador para a consulta da documentação e deixou ao critério do executivo de pensarem no mobiliário que pudesse dar condições para poderem usar o computador. Sobre a última campanha eleitoral, para a eleição intercalar da Freguesia de Talhadas, diz-se que foi muito focada uma ata (Ata n.º 199 de 26-04-2009) no Facebook e, segundo dizem, até foi entregue, em mão, de porta em porta, pelo facto de ter votado a favor da AdRA, em 2009. Afirmou ter votado a favor com uma salvaguarda. Procedeu à leitura da sua intervenção naquela reunião: *“António Dias: - Louvou e elogiou o empenho dos municípios na concretização desta parceria com o estado, porque poderia vir a resolver alguns problemas no concelho e, mais concretamente, na freguesia de Talhadas, onde reside e há o problema do saneamento para resolver. Também tinha constatado que as freguesias com sistemas próprios de abastecimento de água, como acontece em Talhadas, poderiam negociar a transferência desses sistemas, com a anuência da população local e órgãos das freguesias. Portanto, era uma decisão para ser aprovada.”* Referiu que, quem ali estava, nessa altura, recordava-se que, em todas as assembleias que haviam, havia protestos por causa do saneamento em Talhadas, portanto, isso foi para resolver esse problema em concreto. Continuou, dizendo que, também dizem que alguém escreveu no Facebook *“As atas da Assembleia Municipal são públicas”*. Dirigindo-se a que, eventualmente, escreveu, que, ainda bem, porque honrava-se muito das suas intervenções naquela Assembleia, mas que, se tal tinha sido escrito no Facebook, antes deviam interpretar o que constava na ata e, se foi escrito, perguntou, eventualmente, a quem o escreveu, se sabia o que significava anuência. Mais disse que, também dizem que alguém escreveu no Facebook que entram € 0,16 nos cofres da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal. Disse tê-lo já pedido e que queria que lho mostrassem, em sessão, onde estava esse documento. Referiu que, também dizem que alguém escreveu no Facebook que a água em Talhadas não tem os níveis de qualidade que merece. Solicitou que lhe facultassem as análises para poder aferir essa afirmação. Disse ter solicitado, várias vezes, à Câmara Municipal, cópia das análises e, até à data, não tinha obtido uma resposta. Perguntou o que estavam a esconder. Mais referiu que dizem que alguém escreveu no Facebook *“Não se aprova uma coisa hoje de desaprova amanhã”*, caso tal seja verdade, pediu que se fizesse uma análise sobre tais publicações e se apurassem responsabilidades. E, a ser verdade o que dizem, que está publicado no Facebook, alguém deve estar-se a confundir, ou então a confundi-lo, a si, com alguém. Afirmou não mentir que, quem o conhece sabe que sempre será justo e imparcial. Mais disse saber que há pessoas que têm jeito para o teatro e, a ser verdade o que dizem que se escreveu no Facebook, quem o escreveu se calhar fazia lá uma boa figura e que é triste o que lhe fizeram, sendo que, agora foi a si e, se calhar, no futuro, a outros membros. Disse ter havido uma reunião com a Comissão Administrativa da Freguesia de Talhadas, onde mostraram o “possível” Protocolo de Cedência de Infraestruturas e Exploração de Água entre a Freguesia de Talhadas e o Município de Sever do Vouga, documento do qual tirou fotografias com o telemóvel. Informou terem ficado de entregar cópias e que, até à data, não as tinha recebido, mesmo depois de as ter solicitado por e-mail. Afirmou que a freguesia de Talhadas tem as estradas todas a necessitar de obras e referiu os lugares de Silveira, Arcas, Póvoa, Cortez, Seixo, a .E.N 333 à Vide, de Doninhas à Macida, da Ereira

à Vide, da Vide ao Cortez, do Vilarinho à Frágua, entre outras, perguntando para quando estariam reparadas. Disse que a Junta de Freguesia solicitou à Câmara Municipal de Sever do Vouga a criação de uma Comissão de Gestão e Acompanhamento para gerir a ampliação da zona industrial atual, ou a criação de uma zona industrial nova e que, até à data, não tinha recebido uma resposta. Com tanta falta de resposta às várias solicitações da Junta de Freguesia de Talhadas, questionou se terá acontecido à Câmara Municipal de Sever do Vouga o mesmo que a música “Telemóveis”, “eu parti o telemóvel”, dizendo que, se calhar partiram o telemóvel a tentar ligar ou enviar e-mails para a Junta de Freguesia de Talhadas.-----

A intervenção seguinte foi a de **Jorge Graça** que quis partilhar três assuntos relacionados com o ensino, que o preocupavam enquanto membro da assembleia e presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga. Pediu que não levassem a mal a forma que iria abordar o primeiro assunto, a gratuidade dos transportes escolares, apesar de ser muito sério e importante, é que começava a ser questionado, por vários encarregados de educação, sobre os mesmos, e ainda não sabia bem o que responder. Isto porque, ouvia-se aquela intenção ser discutida na Assembleia da República e, talvez com origem daí, o assunto também já tinha sido discutido pela Assembleia Municipal de Sever do Vouga e até, tinha sido uma promessa eleitoral da atual Junta de Freguesia de Talhadas. Referiu haver, assim, três possibilidades, mas ainda nenhuma certeza. Dirigindo-se ao Vice-presidente da Câmara Municipal, pediu um esclarecimento adicional sobre assunto, uma vez que se aproxima a data de pagamento de mais uma mensalidade. De seguida, falou sobre os constrangimentos orçamentais com que o Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga se deparava, fruto das baixas e insuficientes dotações de verbas vindas do Ministério da Educação que, de entre outras dificuldades do bom funcionamento do agrupamento, levavam a que os alunos se vissem privados de materiais e equipamentos imprescindíveis para uma boa aprendizagem, nomeadamente para os departamentos de desporto, biologia e físico-química (equipamentos e materiais desportivos e dos laboratórios). Disse ser reconhecido que uma boa aprendizagem deve ser consolidada com a implementação prática e que, no caso em apreço, ficava dificultada. Referiu que, nos últimos três anos letivos, a associação de pais tinha tentado suprimir as faltas essenciais acima descritas, através do seu parco orçamento, cujas receitas resultavam das quotas dos associados e, em grande parte, da verba transferida pela Câmara Municipal de Sever do Vouga para aquela associação de pais, ao abrigo do apoio às coletividades, que era mais um bom apoio da Câmara Municipal de Sever do Vouga indiretamente, à educação. Afirmou que, no entanto, aquela não era uma obrigação das associações de pais, pelo que apelava ao empenho de todos para se resolver aquela situação. Apresentou o terceiro assunto que, talvez pela minoria, felizmente, a que dizia respeito, ainda não se tinha apercebido de alguém o ter abordado ali, pois valia poucos votos, e referia-se a um problema que deve sensibilizar a todos e mobilizar no sentido de se tentar encontrar uma solução, que é a lacuna que existe para os alunos com deficiência (NEEs) do 2º e 3º ciclo e do secundário, que não têm, no concelho, uma instituição que os acolha fora dos períodos letivos, após as aulas e nas férias, no sentido de as famílias daqueles alunos poderem ter uma vida o mais normal possível, isto é, poderem ter, por exemplo, um emprego. Afirmou que os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo, na sua maioria, beneficiavam das CAFs e de ATLS e que, para os jovens, com deficiência, acima da idade de escolaridade obrigatória, havia a possibilidade, por exemplo, da APCDI. Disse restar a lacuna evidenciada por si e, enquanto presidente da associação de pais, já tinha participado em algumas reuniões sobre o tema em que a Câmara Municipal de Sever do Vouga também tinha estado presente e tinha demonstrado a sua vontade de ajudar a resolver aquele problema. Disse conhecer, vagamente, que existe uma entidade denominada “Encosta das Oliveiras”, que terá um projeto que poderia vir a colmatar aquela lacuna e perguntou se a Câmara Municipal de Sever do Vouga tinha algum conhecimento e se podia dar algum esclarecimento sobre o assunto. Continuou a sua

intervenção, já fora da área da educação, pois não podia deixar de congratular o executivo municipal pelo seu trabalho e empenho, reconhecido pela maioria dos munícipes, apesar das dificuldades acrescidas pela ausência do seu presidente, o Dr. Coutinho a quem saudou e desejou uma rápida recuperação, pois fazia falta a Sever do Vouga. Realçou apenas alguns pontos que o tinham levado àquele reconhecimento, pois adivinhava que a oposição não o faria. Em primeiro lugar, congratulou o executivo pelo resultado frutífero do seu trabalho e pressão junto da tutela, nomeadamente do Ministério da Administração Interna, que resultaram no anúncio da viabilização das obras de recuperação e remodelação do Posto da GNR de Sever do Vouga que, de há muito, eram urgentes, dado o estado de degradação em que se encontra aquele edifício, sendo uma boa notícia que deve alegrar a todos. Mais disse que a GNR de Sever do Vouga, sendo um dos garantes da segurança e ordem pública no concelho, merecia ter umas instalações condignas. Seguidamente, deu os parabéns à Câmara Municipal de Sever do Vouga que, pelo seu projeto conjunto com outros quatro municípios vizinhos na área dos moinhos, de entre dezanove projetos a concurso, ganharam um dos três prémios apoiados pelo Turismo de Portugal. Disse ser sempre bom ganhar um prémio, e que é muito melhor quando o prémio era sinonimo da já reconhecida capacidade do executivo em apresentar e executar projetos válidos. Realçou, ainda, o facto de a Câmara Municipal de Sever do Vouga ter englobado o projeto Naturvouga cumprindo, assim, a lei no âmbito da Proteção Civil e dando o exemplo, já ter iniciado os trabalhos de limpeza e remoção de árvores e mato ao longo da margem do Rio Vouga confinante com a E.N. 16 e, também, já ter adquirido, naquela zona, algumas parcelas de terreno a alguns proprietários. Por fim, congratulou o executivo pela concretização da aquisição de alguns terrenos para a zona de fruição de Couto de Esteves. Afirmou que o caminho faz-se caminhando e que a Câmara Municipal de Sever do Vouga continuava a dar passos importantes e positivos, mas que a caminhada é exigente, por isso, apelou à força e capacidade de superação do executivo.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para dizer que a sugestão apresentada por António Dias era uma questão de ver se era viável, pois seria de todo desejável existir condições para usarem os portáteis. Quanto às análises, disse não querer ser mal interpretado, mas que António Dias tinha tomado posse há pouco e ainda desconhecia, talvez, certas regras. Disse desconhecer qualquer pedido das análises, mas que iria ver isso. Referiu que, quando o membro se referia a várias cartas e que não tinha obtido uma resposta, a Assembleia Municipal podia pensar que o senhor tinha enviado isso antes das eleições, talvez, e, se tinha sido antes das eleições, não tinha tido a oportunidade para a enviar. Depois, disse haver dois motivos, o primeiro, por sugestão e para defesa dos interesses dos talhadenses, havia a sugestão para a marcação de uma reunião para a semana seguinte para esclarecer alguns pontos e, segundo, porque, certo dos pedidos que o senhor fazia, tinha que ser ponderado, pois não podia pensar que dois ou três dias depois de tomar posse vinha exigir que fossem feitos melhoramentos em cinco ou seis estradas. Afirmou ter esse levantamento feito e que, numa reunião tida, já lhe tinha sido explicado que existem umas intervenções que estão previstas fazer e que havia outras freguesias com estradas para melhorar, sendo que, em conjugação de esforços, esses problemas seriam resolvidos. De seguida, disse que, se o membro quisesse dispor de meio minuto, no final da sessão, agendavam uma data para realizarem uma reunião. Dirigindo-se a Jorge Graça, disse para não mudar de território, pois tinha-se integrado de forma brilhante. Quanto aos transportes escolares, disse haver essa intenção para, mais rapidamente possível, avançarem para a gratuidade. Quanto ao agrupamento, afirmou que o município ajudava naquilo que podia e não podia exorbitar da lei, podendo dar apoio às atividades extracurriculares, mas não às curriculares.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Ana Mendes**. Disse que, depois de ler a informação escrita, que se inicia com o serviço ambiental e o último ponto da ordem de trabalhos, relativo ao regulamento do Ecocentro, entendia que seria o momento oportuno para, questionando e lançando novos desafios ao executivo, garantir um lugar no pódio em

matéria ambiental. Referiu que o concelho de Sever do Vouga, pela extensão de zonas verdes que possui e cursos de água que o atravessam, é um lugar de excelência para convívio com a natureza e retempero nos níveis de oxigenação e que todos aqueles que já se deleitaram com as caminhadas, trilhos e desportos aquáticos, tiveram o prazer de contactar e sentir a natureza no seu estado mais puro. Afirmou ser uma riqueza de valor incalculável, havendo a obrigação de preservar e garantir que assim chegará às gerações futuras. Disse que, os caixotes do lixo, ecopontos, Ecocentro, estações de tratamento e todos os outros espaços de receção e tratamento de resíduos, eram estruturas de excelência que se impunha multiplicar e manter em perfeito estado de funcionamento, impondo-se a todos aqueles que com eles contactam, inclusive os cidadãos, o dever de os preservar, fazendo deles um uso adequado por forma a assegurar que o espaço envolvente se mantém limpo e asseado. Disse ser do conhecimento geral que o município, e bem, na sua opinião, estava a diligenciar pela aquisição de dois pontos de carregamento de veículos elétricos. Falou sobre o trabalho a ser feito nas margens do rio, no sentido de devolver à margem do rio as suas árvores autóctones, sendo que, das praias fluviais do concelho, são já inúmeros os galardões de bandeiras azul que o município soma. Disse parecer-lhe que, de facto, se caminha na direção certa, no entanto, o trabalho naquela matéria tinha de ser, cada vez mais, intenso e envolvente, exigindo-se mexer consciências, incutir e formar mentalidades amigas do ambiente, pois, nesse domínio, o campo de trabalho é infundável. Disse saber que as estruturas integrantes do município, como o Centro das Artes e do Espectáculo e a Biblioteca Municipal organizavam atividades na matéria, mas que estava convicta de que a intervenção tinha de ser mais cirúrgica. Sugeriu a organização, em parceria, com as Juntas de Freguesia e com as associações, mediante a divulgação por todos os meios, sessões de esclarecimento que ajudem os cidadãos a perceber a importância da reciclagem, as consequências catastróficas das queimas de todo o tipo de materiais, nomeadamente plásticos, ou do seu abandono na natureza. Sugeriu, ainda, lançar o desafio e apoio aos agricultores que pretendam dedicar-se à cultura biológica e premiar, em sede de taxas e regulamento, as edificações sustentáveis. Olhando com mais atenção para a floresta, propôs a aquisição de parcelas de terrenos ou a celebração de contratos de comodato com proprietários, em zonas estratégicas de mato denso, de forma a permitir que o município proceder à limpeza (gestão de combustível) e corte de árvores em certos locais que poderiam funcionar como corta-fogo. Disse que o concelho era, marcadamente, rural/florestal e todos estavam conscientes de que existem determinados locais onde, caso venha a deflagrar um incêndio, dificilmente será combatido; e mesmo que, por obra do acaso ou milagre, tais calamidades não atinjam pessoas e edificações, seguramente que destruíram vários hectares de terreno e produziram quantidades incalculáveis de dióxido de carbono. Disse estar consciente de que essa não será a solução capaz de resolver todos os problemas da floresta, mas que, seguramente, seria uma solução capaz de minimizar alguns dos potenciais e graves problemas do concelho. Lançado o repto, deixou ao executivo o desafio de olhar com mais atenção, ainda, para as exigências ambientais no concelho, e, seguindo aquelas ou outras sugestões, seguramente mais proveitosas, apostar, ainda com mais afinco, na defesa do pequeno paraíso ambiental que é Sever do Vouga.-----

O presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo PSD, intitulada “Por uma Descentralização Transparente”, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, pelos vinte e oito membros presentes.-----

Foi dada a palavra, novamente, a **Toni Martins**, que apresentou a seguinte declaração de voto: *“Na intervenção do deputado Jorge Graça, referiu, e passo a citar “eu disse que o município faz tudo mal ou não faz nada”. Em nenhuma parte da minha intervenção refiro-me ao município como “faz tudo mal ou não faz nada”, muito pelo contrário, até porque, na minha maneira de ver, só erra quem faz alguma coisa. Toda a minha intervenção foi no sentido crítica construtiva e, digamos, de dar uma orientação e um caminho daquilo que nós entendemos que pode ser o caminho para a solução. Nesse sentido, julgo que o deputado Jorge Graça não está correto na afirmação que disse.”-----*

Foi, ainda, dada a palavra, novamente, a **Jorge Graça**, que apresentou a seguinte declaração de voto: *“Esta intervenção do deputado Toni Martins é o argumento da minha intervenção para vir falar aqui. Não peço desculpa, porque não reconheço que tenha ofendido a sua honra, de maneira nenhuma, inclusive, se ouvir a gravação, eu referi a sua intervenção quando elogiou o concelho. A seguir, generalizei e concluí, das vossas intervenções, de toda a oposição, é que parecia que a Câmara não fazia nada bem, foi isso que eu disse. Em relação ao ponto que eu pedi a palavra, é uma declaração de voto, nós recebemos um e-mail com a proposta inicial do PSD que depois decidiram, em conselho de líderes, substituir como uma recomendação à Câmara Municipal, e por esse motivo é que votamos a favor, uma vez que esta nova proposta deixa o poder de decisão à Câmara Municipal constituir ou não a sua comissão avaliando, para isso, de certo modo, o interesse em constituir a comissão ou não, uma vez que estes prazos são muito curtos e acaba por ter uma obrigatoriedade de assumirmos as competências que a tutela nos vai passar não sei se em tempo útil essa comissão poderá dar frutos/contributos positivos nesse sentido.”*-----

Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----
A primeira intervenção foi a de **Elmano Silva**, que disse ver, com agrado, a melhoria na comunicação escrita do senhor presidente da Câmara à Assembleia Municipal continuando, no entanto, a faltar alguma informação indo ao encontro das inúmeras vezes solicitada pela sua bancada. Relativamente à vespa velutina, mais conhecida por vespa asiática, lembrou que, a 14 de março de 2018, os vereadores eleitos pelo PSD sugeriram a criação de um protocolo, no âmbito da proteção civil, com a devida cabimentação de verbas para acorrer àquele flagelo. Mais disse que, na altura, o vereador com o pelouro correspondente informou que a Câmara Municipal se preparava para adquirir uma vara de vinte e cinco metros e que iria entregar esse serviço a uns biscateiros que executariam essa tarefa tão importante, provavelmente de borla. Tenho em conta que, até à data, nenhum protocolo foi assinado, nem há conhecimento de nenhum procedimento no âmbito da proteção civil, perguntou ao senhor Vice-presidente da Câmara Municipal o que tinha mudado. A solução que a Câmara Municipal tinha para a eliminação dos ninhos não resultou? Disse ter dado conta, por aqueles dias, nos media, que os bombeiros tinham sido chamados para eliminar alguns ninhos de vespas asiáticas, nomeadamente na freguesia de Couto de Esteves e perguntou ao senhor Vice-presidente porque é que, na altura, e até à data, não tinham aproveitado a sugestão do PSD e tomado medidas adequadas. Porque é que, um ano depois, ainda se estava a discutir como é que se vai atacar a vespa asiática enquanto outros concelhos, ali à volta, tinham planos bem delineados e financiados para esse combate? Qual é a vossa intenção para com os apicultores que restam, pretendem apoiá-los? disse ser o “continuar a fazer” depois de nada fazerem, para manter a indústria no concelho, de não terem precavido a deslocação da Lacticoop e, com isso, terem praticamente eliminado a criação de gado e, conseqüentemente, a agricultura das freguesias, virando-se, agora, para o pouco que resta com a vontade de continuar a fazer tudo para que mais uma atividade deixe de existir em Sever do Vouga. Será que a equipa de gestão que está na Câmara Municipal, e suportada pela bancada do PS ali presente, ainda não tinha percebido que as suas soluções em cima do joelho não levavam a lado nenhum? Afirmou que os severenses mereciam e merecem melhor e, ainda, merecem decisões mais ponderadas e mais profissionais, pois já não restava quase nada e havia a obrigação de tudo fazer para reter o pouco que ainda existe. Relativamente às queimas, as quais são obrigatórias serem comunicadas, recomendou que o município simplificasse o processo, dado que, nem toda a gente tem acesso à internet, devendo o município

providenciar, junto do gabinete técnico florestal uma linha direta gratuita e de utilização simples para a comunicação das referidas queimas simplificando, dessa forma, a vida dos severenses. Para finalizar a sua intervenção, manifestou a sua satisfação de finalmente se moveram junto da tutela para que o protocolo e, conseqüentemente, as obras de conservação do Posto Territorial da GNR de Sever do Vouga avançassem depois de tanta insistência da bancada do PSD.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **António Dias** que afirmou que os Talhadenses tinham dado o dever de defender os direitos e interesses dos Talhadenses e, segundo o tinham informado, já tinha sido proposto em 27 de abril de 2018, deliberado e aprovado por aquela Assembleia Municipal, o compromisso de assumir o transporte escolar gratuito a todos os alunos até ao 12.º ano (escolaridade obrigatória) e, até à data, nada tinha sido feito pela Câmara Municipal de Sever do Vouga. Disse que, como tinha prometido aos Talhadenses assumir tal responsabilidade, caso a Câmara Municipal continuasse a não pagar, solicitou saber o valor mensal e anual de tal encargo. Ainda no assunto dos transportes escolares, solicitou um esclarecimento cabal sobre o porquê das crianças e adolescentes da freguesia de Talhadas, que estudam em Sever do Vouga, serem as primeiras a sair de manhã para a escola e as últimas a regressar. Solicitou respeito, pelo que pediu ao pelouro responsável urgência e que reponha ordem naquele caso, pois, se são as primeiras a sair de manhã para a escola, têm de ser as primeiras a regressar e vice-verso. Sobre a Rota da lampreia e da vitela, perguntou ao executivo se tinham convidado todos os estabelecimentos de restauração de Talhadas, e porque é que aquela freguesia não estava representada. Sobre o novo Centro Escolar, perguntou porque é que a freguesia de Talhadas não tinha sido contemplada.-----

A intervenção seguinte foi a de **Ana Tavares**. Relativamente à construção do novo centro escolar, disse verificar que a taxa de execução é de 43.859%, não estando identificado o desvio na informação escrita, estando apenas mencionado que a obra se encontra com fraca taxa de execução. Sendo aquela a maior obra do município, disse que gostaria de ser conhecedora dos relatórios de acompanhamento realizados pela empresa de fiscalização responsável por aquela obra. Tendo em conta o atraso mencionado na execução da obra, disse pretender saber qual a data prevista para a conclusão da mesma. Sobre o estacionamento que se encontra junto à obra, e que está ocupado pela empresa responsável pela mesma, perguntou se o município tinha autorizado a sua utilização para servir de estaleiro de obras do novo centro escolar. Referiu que, com a construção do novo centro escolar, as restantes escolas do concelho irão fechar e perguntou como iria o município assegurar os cuidados àquelas crianças, incluindo as crianças que apresentam necessidades especiais e dificuldades de mobilidade. Referiu, ainda, que o vereador eleito pelo CDS já tinha questionado o executivo sobre o assunto, numa reunião de Câmara, referindo que não havia ATL para aquelas crianças. Para terminar a sua intervenção e como não usou da palavra no período de antes da ordem do dia, mencionou subscrever as palavras de Diana Paiva quando se referiu ao Orçamento Participativo e que os contributos que iria apresentar seriam enviados durante o fim de semana.-----

De seguida, foi dada a palavra a **Edite Rodrigues** que disse vir, mais uma vez, falar sobre os pontos de ação social. Quanto à Comissão de Proteção à Criança e ao Jovem de Sever do Vouga, perguntou quando será apresentado o relatório de atividades e o plano de ação. E, quanto à rede de intervenção de violência doméstica de Sever do Vouga, disse pretender, também, saber quando será entregue o relatório de atividades e o plano de ação para 2019. Sobre a piscina de Sever do Vouga, que disse frequentar semanalmente, disse haver muita coisa que poderia ser feita, e que a professora Paula Calvo tinha enviado várias informações escritas sobre o assunto. Sugeriu que o funcionário que recebe as pessoas poderia, também, indicar quais as regras da piscina, por exemplo, não ir com calções de banho de praia, mas com equipamento adequado, passar pelo chuveiro antes de entrar na água, coisas simples que muitas pessoas não faziam e que poderia ser feito

porque está lá um funcionário, e, depois, confirmar se as pessoas cumpriram as regras, fazer cumprir o regulamento da piscina.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Pedro Mendes**, que disse querer abordar dois assuntos referentes à informação escrita, a primeira relacionada com a Ficavouga. Disse ter tido a oportunidade de analisar e verificar que se tinha dado início ao processo de organização da Ficavouga 2019 e que estavam a ser feitos contactos com agentes locais, dos vários setores de grupos de cabeças de cartaz, para a programação cultural, e questionou se não seria conveniente envolver, de imediato, o Conselho Municipal da Juventude ou, pelo menos, consultar o referido conselho sobre aquela matéria. Sobre o segundo assunto, relacionado com obras públicas, realçou aquilo que já tinha sido ali dito, sobre a informação mais detalhada, contudo, analisada a informação de 7 de dezembro de 2018, disse ter verificado que, comparativamente com a informação em apreço, faltava a linha referente a desvios e questionou porquê, se tinha sido por lapso ou por alguma razão em especial. Referiu, ainda, que, nessa informação escrita de 7 de dezembro de 2018, constavam nove obras, e, na presente informação, constam quatro. Perguntou se as restantes cinco já tinham sido todas concluídas, a “Qualificação do Espaço Público”, as “Escarpas do Gresso”, o “Muro de Pontizela”, o “Coberto Infantil de Pessegueiro do Vouga” e o “Arrelvamento Sintético do Polidesportivo de Paradela”. Disse ter analisado as obras apresentadas e que havia duas que o tinham preocupado e sobre as quais gostaria de obter informação: a “Reparação de Pequenos Troços e Largos”, com zero por cento de execução e indicação de fim de obra para 17 de janeiro de 2019; a “Travessa da Variante de Cedrim”, com 0,87% de execução e indicação de fim de obra para 9 de janeiro de 2019.-----

A intervenção seguinte foi a de **António Monteiro**. Disse que a informação escrita tinha sido objeto de insistência reiterada, por parte do CDS, para que melhore a sua qualidade e que não fazia muito sentido não se aproveitar as informações que já estavam prestadas sem que se completasse o ciclo dessa mesma informação, o que significava que não podiam sair empreitadas da informação escrita sem, pelo menos, serem dadas na informação escrita seguinte em que não estão concluídas, a informação de que tinham sido concluídas, uma vez que não sabiam se tinham sido concluídas, ou não. Sobre preocupação anunciada relativamente à execução das empreitadas, disse ser traduzida, do ponto de vista financeiro, de forma particularmente preocupante, também, pois, nas receitas de capital, a execução atinge apenas 40%, valor bastante baixo, e as despesas de capital apresentavam uma execução de 61%, abaixo do esperado, ou seja, estava a claudicar a execução das obras, por parte do município, o que tinha reflexos, no caso especial do Centro Escolar, na baixa taxa de execução e nas demais empreitadas, as matérias relativas à execução das demais empreitadas. Disse que a informação escrita era relevante, como tinha tido a ocasião de insistir, reiteradamente, no que diz respeito às ações pendentes em Tribunal. Pediu explicações cabais à Assembleia Municipal, sobre o processo n.º 1273/18, onde diz que o Ministério Público propôs uma ação, contra o município, a pedir a nulidade de atos administrativos relativos ao deferimento do pedido de alteração ao licenciamento e licença de utilização, por entender que os atos estavam deferidos de nulidade, porque se estava a fazer uma ocupação proibida do domínio público. Pediu que fosse feita a explicação oral, por parte do senhor presidente em exercício, sobre o que tinha acontecido e quais eram os fundamentos da contestação por parte do município.-----

Foi dada a palavra a **Patrícia Santos** que disse ser sempre de louvar todas as mais diversas iniciativas que visam o melhoramento das infraestruturas do concelho, umas porque, além do melhoramento físico, levavam o nome de Sever do Vouga mais longe e atraíam turistas, outras porque são obrigatórias e não há como escapar delas. Afirmou que a perspetiva de receber, por mais um ano, uma bandeira azul, na única praia fluvial que existe era, por si só, um orgulho. Disse ser de lamentar o facto de a praia fluvial estar tão maltratada e sempre envolta em tanta polémica, ano após ano, porque, sendo a única praia fluvial no concelho, e tendo em conta que, atualmente, o caudal do Rio Vouga está controlado com a barragem, deveria, forçosamente, estar sempre impecável, ou não haverá turismo de

inverno? Referiu a Rota da Lampreia e da Vitela, a Feira Quinhentista, os eventos promovidos pelo CAE, e todos os outros promovidos pelas empresas de desportos radicais como sendo turismo e, ter as infraestruturas nas suas melhores condições, além de mostrar zelo por parte da autarquia e das entidades competentes, demonstrava que havia orgulho do pouco que existe. Sobre a Rota da Lampreia e da Vitela, disse que a bancada do PSD continuava à espera dos relatórios das diferentes iniciativas turísticas, promovidas pelo município, de forma a saberem os custos totais, se tinha havido falhas e, sobretudo, onde se poderia melhorar, de forma a promover, de forma eficaz e duradoura, aquelas iniciativas. Mais disse que a bancada do PSD tinha-se deparado com algumas questões ao analisar a documentação escrita, por exemplo, a respeito do CPCJ, pois, a informação escrita dizia que o Relatório de Atividades e o Plano de Ação para 2019 tinham sido apresentados à Assembleia Municipal, mas que desconhecia quando tinha sido, porque o último Relatório e Plano de Ação apresentado, tinha sido, precisamente, há um ano atrás, na Assembleia Municipal de 23 de fevereiro e era referente ao ano de 2018. Perguntou para quando estava prevista a apreciação, em Assembleia Municipal, do plano para 2019. Relativamente às obras em execução, disse ter verificado que, em quatro das obras apresentadas, três estavam com uma taxa de execução fraca e que continuava a faltar a execução, seja ela física ou financeira, ou seja, o Centro Escolar de Sever do Vouga estava em atraso. Perguntou qual o motivo daquele atraso. Disse ter sido dito que era devido a problemas com a ribeira e que, depois, tinham argumentado com a falta de trabalhadores, e que todos os fatores já enumerados tinham atrasado a obra, mas, também disseram, há cerca de três a quatro meses, que iriam recuperar e que a mesma estaria pronta a tempo. Perguntou se o executivo estava em condições de garantir que a obra ficava pronta na data prevista e se, no próximo ano letivo, já estaria a funcionar, conforme a promessa política. Referiu a “Reparação de Pequenos Troços e Largos”, com execução a zero, e a “Travessa da Variante a Cedrim” com uma execução muito reduzida, quando ambas as obras já deveriam estar concluídas em janeiro. Realçou que estava bem explícita a parte que existem penalizações diárias com os atrasos e perguntou se existiam, mesmo, penalizações diárias, conforme menciona o documento. Disse ser óbvio que todos aqueles atrasos tinham implicações financeiras e de execução orçamental e que uma execução de 89% da receita, no final do ano, por falta de execução de projetos previstos no Portugal 2020, era, também, uma falta de investimento nas pessoas e no município. Disse deduzir que o rigor não existe, já para não falar na falta de estratégia, e que existe, como sempre, a política do “deixa andar”, e que se estava perante uma gestão corrente minimalista. Citou, na parte do equilíbrio orçamental, *“a pequena evolução da poupança corrente permite verificar o bom desempenho financeiro municipal, com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e na amortização da dívida”*. Perguntou a que investimento se referia, no edifício da sede ou nos valores cativos? Perguntou, ainda, se estaria o município a gerir o país ou o município, porque não valia a pena seguir o mau exemplo do governo central e o executivo tinha de se centrar numa estratégia bem definida, bem estruturada, pensando, sempre, nos interesses dos severenses, como fator primordial para a evolução do concelho que, atualmente, não existe, bastando perceber que os assuntos abordados no ano passado eram exatamente os mesmos abordados no presente ano, não tendo sido acrescentado nada de novo, nada de evolutivo.-----

Seguidamente, **David Alves** que disse que, pesasse embora saberem de que nada faziam e tudo o que faziam estava errado, as contas do município demonstravam que, afinal, quer a gestão, bem como os orçamentos apresentados pelo executivo, eram fiáveis, em que as taxas de execução bastante elevadas, e não eram mais elevadas porque não tinha sido feita, e poderia ter sido, uma revisão orçamental em 2018, tal como tinha acontecido em 2017, aproximando o orçamento dos valores realizados. Analisada a receita na execução orçamental, disse verificar-se um aumento da mesma, em seiscentos e noventa e dois mil euros, sendo que as receitas de capital tinham ficado aquém do esperado, em oitenta mil euros, e isso porque os investimentos previstos no Quadro 2020 estavam com uma taxa de

execução abaixo de esperado, mas que as obras estavam a decorrer e, como tal, esse valor seria compensado no exercício de 2019. Mais disse que as receitas correntes e as outras receitas tinham uma taxa de execução de cem por cento, sendo a de capital apenas de quarenta por cento, dando uma taxa de execução global de oitenta e nove por cento e, na despesa, verificava-se que as despesas totais ascendiam a quase nove milhões de euros, tendo uma variação relativa ao ano de 2017 de mais um milhão, cento e vinte e nove mil euros, mesmo assim, bastante abaixo do orçamento, que é de doze milhões, quinhentos e vinte mil euros, sendo que faltou um orçamento rectificativo, tal como nas receitas. Referiu que a taxa de execução era de setenta e dois por cento, sendo de salientar o aumento das despesas de capital num milhão, cento e vinte e nove mil euros, o que quer dizer que houve uma diminuição de receitas de capital, mas na despesa houve mais investimento, com recurso aos capitais próprios sem contrapartidas do estado ou fundos comunitários. Das restantes rubricas, salientou a estrutura da dívida a médio e longo prazo (empréstimos bancários), que diminuiu em trezentos e trinta e cinco mil euros, estando, em 31 de dezembro de 2018 em oitocentos e setenta mil euros. Afirmou que uma boa gestão terá de ter, sempre, como objetivo, um equilíbrio de rácios entre o ativo e passivo não corrente, verificando-se que o valor da dívida aos bancos serviu para a aquisição de ativos fixos tangíveis, tendo como referência o Vougapark e sua implementação e cuja dívida está em quatrocentos e vinte e cinco mil euros. Como nota final, referiu o prazo médio de pagamento a fornecedores, que ronda os dez dias e que, quer queiram quer não, era excelente para uma entidade pública, contrariando todo o que se vê na televisão, com dívidas aos milhões e fazendo do setor privado um banco a quem não se pagam juros. Deu os parabéns ao executivo pelo trabalho realizado em 2018 e do qual só faltavam as pinceladas finais com a apresentação do relatório de contas.-----

A intervenção seguinte foi a de **Sérgio Silva** que falou sobre a vespa asiática, dizendo desconhecer que haviam biscateiros a prestar serviços à Câmara Municipal e que considerava que os Bombeiros Voluntários eram, realmente, a entidade indicada para realizar esse trabalho. Deu os parabéns ao excelente trabalho que os bombeiros estavam a fazer na eliminação dos ninhos de vespas asiáticas e, por fim, desafiou a Câmara Municipal a desenvolver esforços no combate à mosca Suzuki e à praga do castanheiro, pragas essas que devastam a pequena agricultura que ainda existe, mas que ainda é a base de subsistência de muitas famílias do concelho de Sever do Vouga.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal**, que disse considerar que Elmano Silva tinha escolhido o tema errado para criticar o executivo e, uma vez que o tema da vespa tinha sido abordado por mais membros, iria dirigir a sua resposta a eles, também. Numa primeira ordem de ideias, disse ter sido feito um trabalho extremo e muito árduo no concelho, onde todos os ninhos sinalizados estavam, à data, eliminados, não tendo percebido o teor de uma intervenção daquelas. Mais disse que nenhum tinha sido eliminado por biscateiro, sendo uma falta de respeito aos voluntários que acompanharam, muita vez, o vereador Raul Duarte. Informou que, recentemente, os bombeiros, também, tinham colaborado na sua pulsão e que existia uma Equipa de Intervenção Permanente, custeada a 50% pelo município, cuja disponibilidade permanente inclui atacar, também, os ninhos de vespa asiática. Quanto à estratégia para erradicar o problema, o Vice-presidente informou que o poder central, recentemente, abriu uma candidatura, à qual o município irá candidatar-se, que irá atribuir aos municípios até dez mil euros para o combate às vespas asiáticas. Quanto às queimas, informou ter sido realizada uma ação de sensibilização, na semana anterior e que, em relação ao do ano passado e que, relativamente à linha de comunicação de queimas, o Balcão de Atendimento estava a fazer as comunicações na plataforma, quer presencialmente, quer telefonicamente, e que, a esse nível, os cidadãos estavam bem servidos. Sobre o transporte gratuito, disse ter já informado sobre o ponto de da situação e que o membro António Dias, enquanto presidente da Junta de Freguesia, fizesse o que melhor entendesse. Quanto ao transporte dos alunos de Talhadas, disse pensar que esse problema tinha sido abordado numa reunião em que tinha estado

parcialmente, e que também será respondido por escrito. Quanto à Rota da Lampreia, informou que todos os restaurantes eram convidados, tendo havido um lapso, num ano, onde um restaurante das Talhadas não tinha sido convidado, uma única vez, e, no ano seguinte, tinha sido convidado e já não quis participar. Sobre os relatórios de fiscalização, disse não ter problemas em disponibilizá-los, se isso for legal. Quanto à data prevista para a conclusão, afirmou nunca ter dito que pudesse garantir que a obra estivesse pronta a tempo e que só podia dizer uma coisa, que a obra derrapou, mas que a taxa de execução iria subir quando começassem a ser instalados os equipamentos AVAC e imobiliário. Mais disse que, nem o empreiteiro, nem a fiscalização, tinha suscitado ou solicitado a necessidade de ser feita uma recalendarização e que, para a Câmara Municipal, valia o que estava no contrato. Informou que o estacionamento, em frente ao local da obra, estava contemplado no caderno de encargos e que talvez haja a hipótese de o desimpedir, parcialmente, por causa da aquisição de um terreno em frente para onde será mudado. Sobre o encerramento de escolas, informou não iriam fechar todas e que ainda não sabia se o Centro Escolar contemplava a freguesia de Talhadas, havendo apenas a certeza de que os alunos da Escola do Calvário iriam para lá. Sobre o relatório da CPCJ, disse que iria saber porque é que não tinha vindo à sessão e que viria para a próxima. Quanto à piscina, informou que os funcionários iriam ser sensibilizados para que sejam mais interventivos, embora exista um regulamento de utilização daquelas instalações. Sobre o Conselho Municipal da Juventude, o Vice-presidente pediu, aos partidos ali representados, quer seniores quer aos jotas, que enviassem os seus representantes para integração daquele conselho, uma vez que, só dois tinham feito o seu envio. Sobre as duas obras públicas que estão em execução, e começando pelos pequenos troços, informou tratar-se de vinte e cinco pequenos troços e que, pouco antes do prazo limite, o empreiteiro tinha solicitado a suspensão do prazo, ao qual a Câmara Municipal tinha dado resposta negativa, por não existir fundamento no pedido, de maneira que, a obra continuava. Mais disse que, de acordo com a lei, a Câmara Municipal tem o direito de sancionar através de uma multa diária, mas que a mesma só podia ser calculada aquando da emissão do auto de receção definitiva. Sobre o zero por cento de execução que aparece, disse que, quando a informação foi feita, já havia muita obra executada, mas não havia auto de medição, sendo que ele, entretanto, já tinha sido feito e iria ser presente à próxima reunião de Câmara. Quanto à “Travessa da Variante de Cedrim”, informou que a obra estava suspensa porque o presidente da União das Freguesias de Cedrim e Paradela tinha pedido à AdRA que fizesse o ramal de abastecimento de água antes de ser colocado o tapete, para evitar que fosse rasgado, mais tarde, para aquele efeito. Sobre a taxa de execução, disse ser muito boa e que tomara muitos municípios terem aquela taxa de execução. Quanto ao processo n.º 1273/18, disse tratar-se de uma guerra muito antiga, na sequência de um licenciamento que, no entender da Câmara Municipal, estava bem licenciado, porque cumpria com os parâmetros urbanísticos, mas que, no entender de um vizinho do proprietário, estava mal licenciado pelo facto de estar a nove centímetros de uma pala que está sob o caminho público, a três metros e meio de altura. Mais disse não querer adiantar mais nada, por não querer pôr em causa a excelente intervenção dos juristas que estravam a intervir naquele processo. Relativamente à bandeira azul, afirmou que continuavam a existir condições para a manter. Sobre a mosca Suzukii e a praga do castanheiro, informou ter havido uma ação para e que o executivo estava atento a isso.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **António Monteiro** que disse que o Vice-presidente tinha repetido o que tinham ouvido em sessões anteriores, que as estradas do concelho eram a inveja dos concelhos vizinhos, mas que o presidente da Junta de Freguesia de Talhadas tinha apresentado uma lista detalhada de estradas, em Talhadas, que precisavam de reparação. Disse ser necessário olhar para a execução para perceber que o que estava a falhar, ou seja, a capacidade de concretização da Câmara Municipal, que está cansada e esgotada e que não conseguia alcançar os seus objetivos. Disse perceber que exista saldo, mas que se não se cumpria aquilo que se tinha prometido às pessoas e não se faziam as

obras que era importante serem feitas. Referiu que o saldo transitado era menor do que tinha sido no ano anterior. Disse ter percebido que o Vice-presidente tinha ficado incomodado com a questão do processo em concreto e que tinha feito a pergunta mesmo por não saber. Pediu que fosse explicado porque é que o Ministério Público tinha feito aquela acusação e quais eram as razões do município em dizer que o Ministério Público não tinha razão.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Ana Tavares** que solicitou a disponibilização, se possível, de um planeamento detalhado, por especialidade e que, quando se referia ao estacionamento, era o estacionamento localizado do outro lado da rua. Mais disse que, se a Câmara Municipal tinha permitido que fosse utilizado como estaleiro, devia estar sinalizado como tal, parecendo-lhe que não. Mais perguntou quais eram os critérios e como iria ser feita a escolha dos alunos a serem transferidos para a nova escola.-----

Patrícia Santos retomou o uso da palavra para perguntar o que é que valia o contrato do Centro Escolar, uma vez que o Vice-presidente da Câmara Municipal tinha dito que ele “vale o que vale”. Mais perguntou porque é que o ramal de água não tinha sido previsto atempadamente, antes de ser realizada a obra na Travessa da Variante de Cedrim.-----

Emano Silvan interveio novamente para dizer que não tinha tido intenção de ofender ninguém quando utilizou a palavra “biscateiros” na sua intervenção de há bocado, até porque a palavra não tinha sido proferida por si e que dava a entender que eram feitas sem segurança. Aproveitou para perguntar se essas pessoas voluntárias, que trabalhavam a apoiar aquele projeto, tinham seguro para executar esse mesmo trabalho.-----

Jorge Graça quis dar o um contributo no sentido de tentar, eventualmente, ajudar a esclarecer algumas situações relacionadas com o âmbito da agricultura, no caso de algumas pragas que tinham sido ali faladas. Quanto à vespa asiática, disse considerar que, pelos esclarecimentos dados pela Câmara Municipal, podiam estar tranquilos, pois, dos ninhos identificados, estavam todos resolvidos. Mais disse que, a Assembleia Municipal, em relação às pragas mencionadas, não tinha nenhuma autonomia para decidir nada, inclusive, tinha pouca autoridade para se meter naqueles assuntos, havendo associações de produtores do concelho a fazer muito mais que a Câmara Municipal na resolução daqueles problemas. Disse existirem planos de ação nacional, nomeadamente, para a vespa da galha do castanheiro, que tem algumas normas que as pessoas consultam na internet e que podem e devem fazer. No caso da drosófila Suzukii, que ataca muito os pequenos frutos, e outras culturas, disse existirem produtos químicos para o seu combate e para o controlo da mosca asiática e que alguns colegas seus, da Bayer, tinham tido uma reunião, na Mirtilusa, no sentido de solicitar a colaboração daquela entidade para pedir autorização extraordinária, ao abrigo de usos menores, de um produto à drosófila Suzukii e que era demais pedir à Câmara Municipal que substitua a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, que é quem tem competência para decidir.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** voltou a usar da palavra para dizer que, em relação ao processo, a contestação tinha sido apresentada muito recentemente, e repetiu que a Câmara Municipal entendia não ter cometido ato ilícito nenhum e que se punha em causa a qualificação daquele terreno. Mais disse que, o município tinha entendido, antes do processo estar em tribunal, esclarecer, por mais do que uma vez, o Tribunal Administrativo e que, para si, a contestação tinha sido uma surpresa. Explicou que a Câmara Municipal estava convencida de que não tinha cometido nenhuma ilegalidade porque a titularidade pública, a publicidade, ou não, daquele trato do terreno, por não tratar-se da obra em si, mas, sim, se o trato de terreno era em baixo da cornija, se era público, ou não, e, em segundo, se antes de lá estar, tinha estado, ou não, uma ainda de dimensões maiores. Sobre a referência ao estaleiro que fazia parte do caderno de encargos da obra do Centro Escolar, disse tratar-se do estacionamento indicado por Ana Tavares. Quanto aos alunos a serem transferidos, disse não saber quais seriam, as escolas, havendo apenas a certeza da Escola do Calvário. Dirigindo-se a Patrícia Santos, disse ter sido mal interpretado, pois, ao dizer que não tinha sido requerida ou sugerida qualquer alteração ao

programa de obra, queria dizer que, para a Câmara Municipal, era o contrato que valia. Dirigindo-se a Elmano Silva, informou que, particularmente, os voluntários até podiam ter um seguro, não que não sabia.-----

1.2 Transferência de Competências para o Município: - Foi apresentada, pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal de 13 de fevereiro de 2019, no âmbito do processo de transferência de competências para o município, que foi deliberada nos seguintes termos,-----

Considerando:-----

1. O que dispõe na Lei n.º 50/2018 e nos:-----
 - 1.1 DL 20/2019 sobre saúde animal e segurança alimentar-----
 - 1.2 DL 22/2019 sobre a cultura-----
2. Que estão estabelecidos prazos nos diplomas legais em causa aos quais temos de dar cumprimento;-----
3. Que nos termos legais, a Câmara Municipal de Sever do Vouga tem de deliberar para submeter a sua proposta à consideração da Assembleia Municipal, para efeitos do previsto naqueles diplomas e na alínea k) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Deliberação:-----

1. No que respeita ao Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, respeitante à área da **saúde animal e segurança dos alimentos**, foi decidido, por unanimidade, **não assumir** em 2019 as novas competências previstas neste diploma legal, tendo em especial consideração os seguintes motivos:-----
 - 1.1 **Quanto à saúde animal**-----
 - a) Ainda está a decorrer a execução dos Centros Oficiais de Recolha Animal, para os quais há que criar o regulamento que defina as condições de entrega dos animais capturados no município;-----
 - b) Será necessário, previamente, elaborar regulamento onde se definam as formas de emissão das seguintes autorizações:-----
 - 1) Para alojamentos para hospedagem com fins lucrativos destinados à reprodução e criação de animais potencialmente perigosos;-----
 - 2) Para a realização de concursos e exposições;-----
 - 3) Para a detenção de animais de companhia em prédios urbanos em número superior a três cães e quatro gatos adultos por cada fogo.-----
 - c) Será também necessário, em devido tempo, proceder à revisão da tabela de taxas para serem criadas as taxas pela emissão das referidas autorizações, das comunicações prévias e dos serviços de veterinária, com a realização de ações ou campanhas públicas de profilaxia médica e sanitária, destinadas a manter a vigilância sanitária e combate a zoonoses.-----
 - 1.2 **Quanto à saúde alimentar**-----
 - a) Preparar o regulamento para a atribuição de registos ou aprovação e licenciamento de estabelecimentos industriais agroalimentares;-----
 - b) Definição de todas as taxas a cobrar e revisão da tabela e regulamento.-----
2. No que respeita ao Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, respeitante à área da **cultura**, foi decidido, por unanimidade, **não assumir** em 2019 as novas competências previstas neste diploma legal, tendo em especial consideração os seguintes motivos:-----
 - a) Que o Município de Sever do Vouga não está preparado para o exercício da fiscalização exigida nos diplomas que regulamentam esta área;-----
 - b) Que é necessário alterar o regulamento de taxas, designadamente para o tratamento das “meras comunicações prévias de espetáculos de natureza artística”.-----

Mais se deliberou, por unanimidade, que esta decisão seja comunicada à DGAL por forma a serem cumpridos os prazos legais.-----

Votação: A favor, pelos vinte e oito membros presentes: Alexandre Machado, Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

1.3 1ª Revisão Orçamental: - Foi, pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, apresentada a 1ª Revisão Orçamental, e, aberto um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **António Monteiro** que disse considerar a revisão orçamental um instrumento de gestão por parte do município, portanto, a regra que tinha seguido era de se abster, uma vez que cabe à Câmara Municipal fazer essa mesma gestão. Relativamente à correção que foi feita nas transferências que resultam da participação municipal nos impostos do estado, referiu que a proposta apresentava um valor superior à estimativa do município. Disse lembrar-se do que tinha sido dito pelo PS, quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, de que não se podia fazer a redução do IRS, por ser um risco enorme, mas que não tinham razão, pois era já altura de fazer a redução do IRS. Disse considerar que, face àquilo que eram as insuficiências várias do concelho, desejável era que fosse investido mais na viação rural e não no edifício, uma vez que se constatavam queixas constantes, por parte dos munícipes, relativamente ao estado das vias, não havendo um presidente de junta, ali, que não tivesse uma via que precisasse de intervenção.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Paula Coutinho** que disse julgar que a segunda modificação orçamental não se tratava de uma proposta de revisão aos documentos previsionais do ano económico de 2017, mas, sim, de 2019. Disse verificar-se um reforço de capitais que é canalizado em cerca de 83%, ou seja, duzentos e oitenta e oito mil euros, para a remodelação do edifício, deixando apenas 17%, sessenta mil e quatrocentos euros, para construções diversas. Questionou se não existiam obras com maior necessidade e que beneficiassem a população, dando como exemplo a saúde, a já falada piscina municipal, que carece de obras urgentes, a estrada da Macida, que já foi falada noutras assembleias e que estava para ser falada pela sua bancada, na atual assembleia, entre outras já referidas, quer na atual assembleia, quer noutras. Disse, portanto, achar que é importante definir, efetivamente, uma estratégia, uma vez que faz todo o sentido haver um equipamento bom e com condições extraordinárias, olhando, primeiro para fora e para os munícipes, para ver se, realmente, eles estão a ter aquilo que é necessário e que precisam para ter qualidade de vida no concelho, que é fantástico e que, em termos paisagísticos, foi muito beneficiado, mas que necessita que o executivo, e todas as forças políticas, se juntem para que o concelho se desenvolva e atraia cada vez mais turistas e ainda mais pessoas a querer ficar e a ter condições para ficar no concelho.-----

A intervenção seguinte foi a de **David Alves**. Afirmou que a primeira revisão em apreço devia-se à alteração dos valores do FEF em função da correção ao regime financeiro das autarquias locais e que, o orçamento de 2019, no que toca aos valores atribuídos pelo FEF, os mesmos tinham de ser provisionados em função das verbas recebidas em 2018, podendo apenas ser alterados pelo índice de inflação. Mais disse que o poder central tinha efetuado uma correção ao regime financeiro das autarquias locais, tendo, no caso do município, sido atribuída uma verba suplementar de € 373 095,00, pelo que, desse modo, tinha sido necessário corrigir o orçamento conforme o quadro 1 – resumo da revisão orçamental – através de reforços e anulações de receitas, totalizando, desse modo, o valor de € 348 400,00, os quais tinham tido os inputs na rubrica de despesas. Aquelas despesas são todas de capital e centradas em três obras a realizar ou pagar: primeiro, o edifício sede da autarquia, no valor de € 288 000,00, com remodelação das instalações, para melhoria dos serviços e um melhor atendimento às pessoas, incluindo, ainda a remodelação de toda a instalação elétrica do edifício. Disse esperar que aquele benefício chegasse à Assembleia,

dotando-a de melhores e mais eficazes ferramentas de trabalho e instalações; segundo, as infraestruturas da rede viária, no valor de € 55 800,00 e terceiro, a pavimentação da Rua da Acimada, em Couto de Esteves, obra que já se encontra concluída fisicamente, mas que, financeiramente, ainda não está toda paga, pelo que é necessário reabrir a obra e dotá-la com o valor de € 4 600,00, que faltam pagar. Disse julgar que aquela revisão orçamental, além de obrigatória, cumpria os requisitos, pelo que, da sua parte, teria voto favorável.----- Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal**. Referiu que a elaboração de um orçamento obedecia a regras, e que as receitas do FEF tinham de ser calculadas com base nas receitas do ano anterior. Mais disse que, entretanto, após a aprovação do orçamento municipal, tinha sido apresentado o orçamento geral do estado, altura em que verificaram que a transferência do FEF era mais elevada, portanto, tinha sido necessário fazer a revisão. Quanto ao destino, disse ser evidente que era uma opção política, e que a escolha tinha sido feita de forma ponderada, referindo o facto de o município entender estar em primeiro lugar poder dotar o edifício de condições dignas para quem lá trabalhava, quem ia aos serviços e para quem tinha limitações de mobilidade poder aceder a qualquer ponto da Câmara Municipal. Quanto às vias de comunicação referidas, disse ser evidente que as mesmas careciam, sempre, de melhoramentos e de retificações, mas que no plano de atividades estavam muitas contempladas, e que muitas tinham dinheiro. Mais disse que o que chocava o deputado era o facto de o orçamento ser realista e não maquilhado. Convidou António Monteiro a ver, em termos de execução orçamental, o que tinha sido feito em investimento, nos últimos anos, e desafiou-o a verificar, nos concelhos vizinhos, quem é que tinha investido mais do que Sever do Vouga.-----

Deliberação:-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria 1ª Revisão Orçamental, correspondente à 2ª Modificação, com um reforço de € 348 400,00 (trezentos e quarenta e oito mil e quatrocentos euros).-----

Catorze votos a favor: Alexandre Machado, Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Catorze abstenções: Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Toni Martins.-----

1.4 Regulamento de Funcionamento do Ecocentro Municipal: - Foi apresentada, pela Câmara Municipal, a versão final do Regulamento de Funcionamento do Ecocentro Municipal.-----

Foi concedido um período de intervenção, tendo sido registadas as seguintes:-----

A primeira intervenção foi a de **Paula Coutinho** que disse estar em apreço o Regulamento de Funcionamento do Ecocentro Municipal, obra que tinha levantado algumas questões e cujo relatório ainda estava a aguardar. Lembrou as contradições havidas com aquela obra e citou a sua intervenção na Assembleia Municipal de 27 de abril de 2018, que relatava isso mesmo:-----

“Deu o exemplo do dia 27 de dezembro de 2017, onde o vereador, Pedro Lobo, perguntou ao senhor presidente da Câmara como estava a decorrer a obra do Ecocentro e se a mesma estava atrasada, ao que o presidente da Câmara lhe informou que a obra estava a decorrer dentro da normalidade e que tinha ideia de que a mesma iria terminar dentro do prazo. No entanto, disse ter sido apresentado, no dia 24 de janeiro, do presente ano, um Auto de Suspensão dessa mesma obra, curiosidade ou não, datado de 04 de dezembro de 2017, portanto, quase um mês antes da questão levantada pelo vereador.”-----

Disse continuar a aguardar a entrega do relatório daquela obra, decorrido todo aquele tempo que, inúmeras vezes, foi solicitado, perguntando, ao Vice-presidente da Câmara Municipal, mais uma vez, para quando seria a sua entrega. Sobre as regras gerais de utilização do Ecocentro, nomeadamente o transporte dos resíduos, constantes do regulamento apresentado, colocou as seguintes questões:-----

- A recolha dos monos nas freguesias vai-se manter ou terão de ser os munícipes a fazer essa entrega no ecocentro?-----
- Como fazem os munícipes com as guias de transporte?-----
- E aqueles que não têm uma viatura adequada para o transporte?-----

Sugeri, em nome da sua bancada, que a divulgação do funcionamento do ecocentro fosse feita nas freguesias através de sessões de esclarecimento e de sensibilização, por achar importante aquele tipo de abordagem e para que o executivo não se fique apenas pelo desdobrável e editais. Sugeri, ainda, que o horário e modo de funcionamento fosse divulgado, também, na internet no sítio do município.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Pedro Mendes** que reforçou o pedido do relatório sobre as ocorrências e problemas ocorridos no Ecocentro, já anteriormente solicitado por si e pela sua colega anterior e que esse relatório pudesse, no fundo, evidenciar o que é que tinha acontecido e quem tinham sido os responsáveis, ou o responsável, pelos problemas, se tinha sido o projetista, o empreiteiro ou a Câmara Municipal. Depois de analisando atentamente a proposta de regulamento, no que diz respeito ao artigo 6º, disse ter ficado com duas dúvidas, relativamente à frase *“são potenciais utilizadores do Ecocentro todos os munícipes e comerciantes do concelho de Sever do Vouga, bem como empresas que pretendam utilizar desde que munidas de documento oficial de utilização”*, perguntando se eram empresas de Sever do Vouga ou empresas de fora concelho. A segunda dúvida, quando se fala de *“documento oficial de utilização”*, perguntou de que documento se tratava. Ainda, no referido regulamento, o seu artigo 10º e artigo 11º, faz referência a uma *“advertência verbal”*, perguntando se aquela advertência não devia ser escrita, no sentido de poder constituir-se como prova de base para o cancelamento do direito de utilização em caso de reincidência. Depois, no artigo 11º, onde refere que *“compete ao operador do Ecocentro a aplicação da advertência verbal”*, questionou se se podia partir do princípio que será uma entidade externa a gerir o Ecocentro, pelo facto de fazer referência a um *“operador do Ecocentro”*.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para informar que o relatório final, que inclui a vertente financeira, iria ser presente à reunião de Câmara primeiro e, depois, seria trazido à Assembleia Municipal. Mais disse que corriam o risco de não ser presente o relatório final pelo facto de o técnico estar à espera que fossem publicados os índices da correção de preços, que ainda não estão publicados, pelo que iria ser elaborado o relatório final provisório. Quanto às sugestões de Paula Coutinho, disse ter registado as mesmas e informou que, quanto à publicidade, a própria candidatura exigia que tudo o que diz respeito ao Ecocentro seja publicitado, o que tem sido cumprido. Quanto ao desconhecimento, ou falta de alerta para os utilizadores, informou que, para além de ser feito mais alguma coisa nesse sentido, era importante perguntar às crianças da escola, porque tinham sido realizadas ações de sensibilização por onde tinham entendido que deviam começar, que é pelas escolas, pois era por aí, na educação das crianças e dos jovens que se atingia o objetivo, que é um bom ambiente na área do concelho.-----

De seguida, foi dada a palavra a **António Monteiro** que disse ter pedido palavra porque, infelizmente, o Vice-presidente não tinha respondido às questões que tinham sido colocadas pelo deputado Pedro Mendes e, em nome do CDS, queria chamar a atenção para o facto de haver questões que tinham de ficar esclarecidas e em relação às quais tinham dúvidas que a solução vertida no regulamento fosse a melhor. Sobre a sanção de advertência verbal, aplicada pelo Operador do Ecocentro, perguntou qual a razão desse termo estar em maiúsculas, se o município iria ceder a gestão do Ecocentro a terceiros ou se iria ser um funcionário municipal a dar a advertência, porque, se era um funcionário municipal, era óbvio que, no âmbito do regulamento, devia ser dito isso. Depois, disse ter as maiores dúvidas que a sanção adequada fosse a mera advertência verbal e que, depois se diga é aplicada pelo vereador do ambiente uma sanção de cancelamento de utilização do Ecocentro. Perguntou se podia sancionar-se, sem prazo e sem devido processo. Mais perguntou qual era a medida da pena e se havia algum período, porque o n.º 2 diz *“a*

determinação da medida da sanção”, mas não fala de medida. Referiu que, do ponto de vista contraordenacional, quando há algum ilícito daquele género, em regra, o que se aplicam são coimas com sanções acessórias e, tecnicamente, era bom ter presente que, perante um ilícito daquela natureza, tinha de ser estabelecido, claramente, o que é de aplicar. Sobre as sanções, disse considerar que o regulamento não estava em condições de ser aprovado e merecia ser melhorado. Sobre o artigo 14º, onde diz que *“regulamento foi elaborado e aprovado pela Câmara Municipal de Sever do Vouga, poderá ser revisto sempre que necessário...”*, afirmou que era a Assembleia Municipal que o modificava, não estando, por esse motivo, esse artigo em condições de ser aprovado. Disse necessitar ter respostas relativamente àqueles pontos que para saber se aquele regulamento poderá, ou não, funcionar e se, formalmente, estava, ou não, corretamente elaborado.-----

O **Vice-presidente da Câmara Municipal** fez uso da palavra para pedir desculpa a Pedro Mendes, pois tinha sido por esquecimento. Disse ser evidente que qualquer revisão do regulamento seria aprovada pelo órgão executivo e, depois, pelo órgão deliberativo. Perguntou onde é que o senhor deputado António Monteiro andava quando o regulamento esteve, por duas vezes, em discussão pública? Estava no sítio certo, na Assembleia da República. Sem desprimor, disse que não via sentido nenhum vir agora pôr isso em causa. Quanto aos utilizadores do Ecocentro, informou serem as empresas sediadas no município. Sobre a advertência verbal, informou que a mesma também ficava registada pro escrito e que o operador era um funcionário municipal. Disse, ainda, que, se se viesse a verificar que o regulamento não era funcional, alterava-se o regulamento. Mais disse que as dúvidas e omissões seriam analisadas e decididas pela Câmara Municipal, sendo que o regulamento deixava as portas abertas para um bom funcionamento e para serem feitos ajustamentos. Quanto a horários e condições de utilização, informou que o regulamento, conforme estava, evitava estar permanentemente a alterá-lo, portanto, entendia ser um regulamento ágil e que deixava a porta aberta para funcionar bem, sendo que seriam registadas as opiniões e sugestões e, depois de juntas, e de haver uma certa quantidade delas que tornem aconselhável a alteração do regulamento, agiriam em conformidade.-----

Foi, novamente, dada a palavra a **António Monteiro**, que disse que o período de consulta pública era para o público se pronunciar e que a Assembleia Municipal era um órgão eleito com competência para aprovar o regulamento, cabendo a qualquer deputado ou presidente de Junta presente apresentar sugestões ou chamar a atenção se verificar que algo não está bem. Referiu que, se o “operador” era um funcionário municipal, isso devia ficar claro, sendo preferível substituir a expressão “operador do Ecocentro” por “funcionário municipal responsável pelo Ecocentro”. Quanto à própria redação do artigo 6º, “Identificação dos utilizadores”, disse que o mesmo significava que o critério para as empresas usarem não era serem do município, era terem o documento e, uma vez que não existe informação do que é o documento e o Vice-presidente não esclareceu de forma cabal, faria sentido que os “do concelho de Sever do Vouga” ficasse no final daquela frase e não a meio da frase, separado por uma vírgula das empresas. Disse, ainda, ter chamado a atenção para o artigo 14º, que é dito que o regulamento foi aprovado pela Câmara Municipal de Sever do Vouga, mas a partir do momento em que era presente à Assembleia Municipal, passava a ser um regulamento aprovado pela Assembleia Municipal, portanto, o artigo 14º não fazia muito sentido que esteja. E, compreendendo as suas preocupações, quanto a eventuais dúvidas e omissões, afirmou que a Assembleia Municipal poderia, até, aprovar o artigo 15º, que passaria a 14º, no sentido de, se houvesse uma dúvida ou omissão, que fosse resolvida pela Câmara Municipal, mas aí, sendo aprovado pela Assembleia Municipal, estaria a conferir esse poder à Câmara Municipal. Disse que não tinha sido para causar problemas que tinha feito a sua intervenção, mas que tinha sido para ajudar o município de Sever do Vouga a que tenham um regulamento melhor do que aquele que foi apresentado. Pediu que ponderasse e visse, realmente, se ficava melhor com as alterações sugeridas, sendo que, em relação ao ponto das sanções, perguntou se o cancelamento significava que era definitivo, pois, se dissesse suspensão por um

determinado período e depois terminasse que o período de suspensão dependeria da gravidade da infração, admitiria isso como sendo uma questão a ser ponderada. Por fim, afirmou que sua intervenção tinha sido feita para defender os interesses do município, para terem um regulamento melhor.-----

Paula Coutinho voltou a intervir para dizer que não tinha percebido se o senhor Vice-presidente tinha respondido à questão colocada por si, sobre se a recolha dos monos nas freguesias se iria manter, ou não.-----

Foi dada a palavra ao **Vice-presidente da Câmara Municipal** que disse acreditar que o deputado António Monteiro estivesse a defender os interesses do município ao fazer aquelas intervenções, mas que vinha um bocado atrasado⁷ porque, o município, ao fazer aquele regulamento, também tinha estado a defender os interesses dos munícipes. Mais disse considerar que o regulamento era suficientemente aberto para as sugestões apresentadas, seja através de um comunicado, seja através de normas fixadas e divulgadas, cabendo no âmbito do poder da Câmara Municipal esclarecer essas coisas sem necessidade de estar a alterar a redação e, assim sendo, deixavam o regulamento funcionar para depois serem recolhidas outras opiniões para, eventualmente, se poder alterar o documento de uma forma mais profunda. Mais informou que os monos iriam continuar a ser recolhidos.- Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a versão final do Regulamento de Funcionamento do Ecocentro Municipal para publicação no sítio institucional do município e na 2ª Série do Diário da República, com **vinte e três votos a favor** dos membros Alexandre Machado, Ana Mendes, António Cruz, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Toni Martins e **cinco votos contra**: Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

Foi dada a palavra a **Pedro Mendes**, que apresentou a seguinte declaração de voto: *“Este regulamento não é suficientemente esclarecedor sobre os pontos que trouxemos aqui, tenho uma vantagem pessoal, não sou um excelente jurista, nem bom, nem médio, nem mau, e, salvo melhor opinião, aquilo que eu vou aqui dizer gostava que fosse tomada em conta pelos membros da Assembleia Municipal e pelo Vice-presidente e pela vereação, também não prevejo o futuro, mas tenho dificuldade em perceber, e colocando aqui um cenário hipotético que não vai acontecer, mas imaginemos que todas as pessoas aqui dentro, acontecia um acidente grave e morríamos todos aqui dentro, tenho a certeza que, este regulamento, aprovado da forma que está, não será interpretado de acordo com as explicações que foram aqui dadas, e eu vou ler novamente o artigo 6º, porque não me parece que seja suficientemente claro no que diz respeito ao facto de empresa de fora de Sever do Vouga poderem usar ou não este Ecocentro. “São potenciais utilizadores do Ecocentro todos os munícipes e comerciantes do concelho de Sever do Vouga, bem como as empresas que o pretendam utilizar desde que munidas de documento oficial de utilização”. Não me parece que estejam daqui excluídas empresas de fora de Sever do Vouga. Depois, no que diz respeito ao artigo 11º também não nos parece que o termo “operador do Ecocentro” signifique funcionário da autarquia. Também não nos parece que sanção de advertência verbal signifique sanção de advertência escrita ou registada. Também não nos parece que o cancelamento de direito de utilização do Ecocentro em situações de reincidência signifique um cancelamento para toda a vida, ou seja, permanente. E o artigo 14º apontado pelo meu colega.”-----*

Seguidamente, foi dada a palavra a **Paula Coutinho** que disse que a bancada do PSD votou favoravelmente o regulamento porque entendia ser necessário avançar com aquilo que o equipamento oferecia e porque ele tinha de laborar, sendo importante que isso aconteça o mais rapidamente possível e, dado que o artigo 14º menciona que poderá ser revisto sempre que necessário, havia uma salvaguarda, o que tinha levado ao seu voto favorável.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Não houve qualquer participação neste período.-----
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----